

15 JUL 1983 

# Estado de Choque

A decisão do Governo a respeito dos salários apanhou o país de surpresa, mas foi muito pior o choque para o seu próprio partido. O PDS estava absolutamente despreparado para a hipótese. E o que é pior, ainda não refeito de um profundo abalo registrado em sua unidade.

Desde a semana passada, o PDS apresenta-se com uma fratura exposta, que a Convenção Nacional para a escolha dos novos dirigentes confirmou. Depois da indispensável modificação na política salarial, outra dificuldade vai tomar tempo à direção do partido e dar trabalho ao Governo: o artificialismo da aliança com o PTB esgotou-se.

O PDS não conseguia antes agüentar sua unidade, mas daqui por diante terá que redobrar os esforços para disfarçar as fissuras que foram escondidas por soluções meramente decorativas. Somam-se as dificuldades de uma ambigüidade política interna e de um desastrado relacionamento externo. O acordo com o PTB nunca disse exatamente a que veio e dificilmente sobreviverá ao menor exercício de raciocínio sobre os problemas que desafiam o Governo.

Por sua própria origem múltipla, o PDS é fraturado ideologicamente. No fundo procura manter a aparência liberal e assegurar-se da herança do paternalismo de Estado. Depois que o Estado Novo desmoronou, o paternalismo revelou produtividade política nas eleições que se seguiram à ditadura. Ainda hoje há correntes que procuram faturar eleitoralmente o velho e inconstante paternalismo: isto é, apropriar-se das vantagens políticas de uma operação custeada pela sociedade.

Firmou-se no PDS, nos últimos tempos,

uma corrente que, a título de popularizar o Governo, defende abertamente as soluções mais incompatíveis com a economia de mercado. O antiliberalismo econômico apadrinha a criação de empresas públicas como fonte de empregos para atender à clientela política. E patrocina soluções salariais mirabolantes, como a política salarial que acaba de ser trocada, depois de quatro anos de prejuízos para as empresas privadas e nenhum benefício real para os assalariados.

O Governo tomou sua decisão sobre a lei salarial que produzia desempregados num mercado de trabalho já estreito: mudou a ótica paternalística por uma visão correta do problema. Resta saber se o PDS vai continuar a contemplar as dificuldades econômicas com as lentes da demagogia. Se for, será lamentável e obrigará o Governo a agir com métodos ao seu alcance, mas não recomendáveis. Toda incomprensão por parte do PDS, no tocante às necessidades antidemagógicas, não demoverá o Governo de utilizar instrumentos de arbítrio, ditos de emergência. A saúde do regime democrático não resiste à utilização do *decurso de prazo* e da fidelidade compulsória, ambos ao alcance do Governo para garantir-se com uma vitória essencial para completar sua obra política. A abertura passa pelo controle e redução da inflação a taxas suportáveis.

Assim sendo, o campo de manobra do PDS, seduzido pela redescoberta do paternalismo social, encurta-se por força da realidade política: o Governo não pode contemporizar com a inflação nem com a demagogia. Ambas representam perda de tempo, e o Governo já perdeu tempo demais com as duas.